REVISTA **SABERES DA AMAZÔNIA**

CIÊNCIAS JURÍDICAS, HUMANAS E SOCIAIS

VOL. 3 N. 7

Julho-Dezembro 2018 | ISSN: 2448-0576

O Direito ao Ambiente e o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana como fundamentos da Dimensão Social da Sustentabilidade

The Right to the Environment and the Principle of the Dignity of the Human Person as foundations of the Social Dimension of Sustainability

Christiane Jorge Rosa dos Santos¹

Resumo: O presente artigo tem por objeto a reflexão sobre a chamada Dimensão Social da Sustentabilidade. Para tanto, traz, primeiramente, um apanhado geral sobre os Direitos Fundamentais previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e sua relação com o direito ao ambiente; em seguida, aborda o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana em consonância com o mínimo existencial, caracterizado pelos elementos básicos necessários a conferir ao cidadão o mínimo indispensável a sua subsistência. Ao final, discorre sobre as Dimensões da Sustentabilidade, tratando mais especificamente acerca da Dimensão Social, consistente na relação estabelecida entre os Direitos Fundamentais da Pessoa Humana e o direito ao meio ambiente, e o Princípio da Sustentabilidade. Conclui que o respeito à Dignidade da Pessoa Humana está intimamente ligado ao Desenvolvimento Sustentável, pois não se pode ter o último sem contraprestação ao primeiro. O método utilizado neste artigo foi o indutivo².

¹ Bacharel em Direito, especialista em Direito Processual Civil e Mestranda em Ciência Jurídica, todos os cursos pela Universidade do Vale do Itajaí, de Itajaí, Santa Catarina, Brasil, Servidora do Poder Judiciário da União, exercendo o cargo de Analista Judiciário desde agosto de 2001. E-mail: cjrosasantos@gmail.com.

Artigo para conclusão da disciplina Governança transnacional e sustentabilidade, ministrado pela Professora Dra. Denise Schmitt Siqueira Garcia, no Curso de Mestrado em Ciência Jurídica da Universidade do Vale do Itajaí.

² “[...] pesquisar e identificar as partes de um fenômeno e colecioná-las de modo a ter uma percepção ou conclusão geral [...]”. PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática. p. 91.

Palavras-chave: Direitos Fundamentais. Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. Mínimo Existencial. Princípio da Sustentabilidade. Dimensão Social da Sustentabilidade.

Abstract: The purpose of this article is to reflect on the so-called social dimension of sustainability. To do so, it brings, first, a general account of the fundamental rights provided for in the 1988 Federal Constitution and its relation to the right to the environment; then, it addresses the principle of the dignity of the human person in consonance with the existential minimum, characterized by the basic elements necessary to confer to the citizen the minimum necessary for his subsistence. In the end, it discusses the dimensions of sustainability, dealing more specifically with the social dimension, consisting of the relationship established between the fundamental rights of the human person and the right to the environment, and the principle of sustainability. It concludes that respect for the dignity of the human person is closely linked to sustainable development, since one can not have the latter without consideration of the former. The method used in this article was the inductive.

Keywords: Fundamental Rights. Principle of the Dignity Human Person. Existential Minimum Principle of Sustainability. Social Dimension of Sustainability.

Introdução

Quando se fala em Sustentabilidade, logo se pensa em ecologia. Pouco se sabe que o Princípio da Sustentabilidade engloba muito mais do que questões ambientais e que a questão aqui discutida tem enorme relevância para a vivência do hoje e do amanhã.

O Princípio da Sustentabilidade funda-se em três dimensões principais: a ambiental, a econômica e a social.

Para compreender a Dimensão Social da Sustentabilidade, é necessário que se compreenda a origem e a finalidade dos Direitos Fundamentais e qual a relação constitucional que se faz entre estes e o direito ao ambiente.

Também se faz importante compreender qual a relação que há entre o Desenvolvimento Sustentável e o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, preconizado universalmente.

Entendidas essas vinculações, e que natureza e homem devem coexistir em harmonia, poder-se-á refletir a respeito da contribuição que deve se dar ao mundo, para que a vida em sociedade prossiga em desenvolvimento, sem o esgotamento dos recursos naturais, a fim de que as futuras gerações também deles possam usufruir.

Esse é o objetivo proposto no presente estudo, que versará, em um primeiro momento, sobre os Direitos Fundamentais e o direito ao ambiente; depois discorrerá a respeito do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana; e por fim tratará da Dimensão Social da Sustentabilidade, com as considerações pertinentes.

O método utilizado foi o indutivo.

1. Direitos Fundamentais e Direito ao Ambiente

A expressão “Direitos Fundamentais” surgiu como forma de preservar a liberdade do ser humano, mediante instrumentos estabelecidos constitucionalmente. Tais direitos têm finalidade individual e coletiva e geralmente vêm dispostos logo no início das constituições.

Para Cruz³, a inclusão dos Direitos Fundamentais nas Constituições tem por consequência a “transformação de alguns princípios filosóficos em normas jurídicas”:

O conceito de direitos humanos ou direitos do homem é uma noção filosófica ou ideológica, noção esta que acata a ideia de que certos direitos são necessários para que se possa falar de ser humano e de dignidade humana. Já o reconhecimento jurídico destes direitos os transforma em normas vinculantes, que não dependem das convicções de cada um.

Na definição de Bernardes e Ferreira⁴, Direitos Fundamentais são o “conjunto de direitos estabelecidos por determinada comunidade política

³ CRUZ, Paulo Márcio. **Fundamentos do direito constitucional**. 2 ed. Curitiba: Juruá Editora, 2003, p. 155.

organizada, com o objetivo de satisfazer ideais ligados à dignidade da pessoa humana, sobretudo a liberdade, a igualdade e a fraternidade”. Os Direitos Humanos são o “conjunto de direitos que, segundo doutrina majoritária, são reconhecidos pela ordem jurídica internacional, pois se consideram inerentes à própria condição humana”.

Os autores⁵ estabelecem uma diferenciação entre Direitos Fundamentais e Direitos Humanos, esclarecendo que, ainda que ambos se refiram a direitos do gênero humano, o primeiro é objeto de direito público interno, estabelecido pelo direito positivo, com fundamentação juspositivista; o segundo é objeto de direito público internacional, reconhecido pelos órgãos multilaterais de direito internacional, como a ONU, OEA e Comunidade Europeia, com fundamentação jusnaturalista. O uso da expressão “estabelecido” denota a imposição dos direitos fundamentais mediante sua positivação; já a expressão “reconhecido” demonstra a maneira supranacional pela qual são vistos os direitos humanos pelos organismos internacionais.

Entre os chamados direitos fundamentais de segunda dimensão, atrelados ao princípio da igualdade⁶, encontram-se os Direitos Sociais.

Conforme disposição do art. 6º da Constituição Federal de 1988⁷, integram o rol de Direitos Sociais os direitos referentes à educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados.

Os Direitos Sociais fundamentam-se no Princípio da Igualdade, buscando colocar no mesmo patamar os desiguais, mediante prestações a

⁴ BERNARDES, Juliano Taveira. FERREIRA, Olavo Augusto Vianna Alves. **Direito Constitucional, tomo I**, 5 ed revista, ampliada e atualizada. Salvador: Editora JusPodivm, 2015, p. 622-623.

⁵ BERNARDES, Juliano Taveira. FERREIRA, Olavo Augusto Vianna Alves. **Direito Constitucional, tomo I**, p. 623-625.

⁶ BERNARDES, Juliano Taveira. FERREIRA, Olavo Augusto Vianna Alves. **Direito Constitucional, tomo I**, p. 631.

⁷ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988**. Doravante denominada de Constituição Federal de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 31 de janeiro de 2018.

serem proporcionadas pelo Estado. Bernardes e Ferreira⁸, citando José Afonso da Silva, explicam que os direitos sociais:

[...] vêm enunciados em normas constitucionais cuja finalidade é possibilitar melhores condições de vida aos mais fracos, em prol da 'igualização' de situações sociais desiguais. Ligam-se ao direito de igualdade e 'valem como pressupostos do gozo dos direitos individuais na medida em que criam condições materiais mais propícias ao auferimento da igualdade real, o que, por sua vez, proporciona condição mais compatível com o exercício efetivo da liberdade'.

De acordo com Monreal⁹, o direito social existe para que se proceda, através da solidariedade, à inserção das pessoas em uma comunidade organizada, com relevância dos valores morais.

Cumprе destacar a valiosa análise de que “os direitos fundamentais sociais não são direitos *contra* o Estado, mas direitos *através* do Estado, exigindo do poder público certas prestações materiais”, conforme lição de Krell¹⁰. Ao Estado compete prover políticas sociais que possibilitem a fruição desses direitos garantidos constitucionalmente, mediante leis, atos administrativos ou através da prestação de serviços por suas autarquias, de modo a abranger a coletividade em primeiro lugar.

Diante da constatação de que a prestação dos Direitos Fundamentais é obrigação do Estado e que têm por finalidade promover a igualdade social, é importante compreender qual a relação existente entre os direitos sociais e o direito ao ambiente.

Primeiramente, cumpre destacar o texto constitucional que prevê a proteção ambiental, salientando que o ambiente ecologicamente equilibrado é essencial à qualidade de vida saudável:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e

⁸ BERNARDES, Juliano Taveira. FERREIRA, Olavo Augusto Vianna Alves. **Direito Constitucional, tomo I**, p. 221.

⁹ MONREAL, Eduardo Novoa. **O direito como obstáculo à transformação social**. Tradução de Gérson Pereira dos Santos. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1988, p. 116.

¹⁰ KRELL, Andreas J.. **Direitos sociais e controle judicial no Brasil e na Alemanha – os (des)caminhos de um direito constitucional “comparado”**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002, p. 19-20.

essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Sobre a disposição constitucional, Fensterseifer¹¹ leciona que “A comunicação entre os direitos fundamentais sociais e o direito fundamental ao ambiente também é um dos objetivos centrais do conceito de *desenvolvimento sustentável*, no horizonte constituído pelo *Estado Socioambiental de Direito* [...]”. Esclarece que a proteção ao ambiente está intimamente relacionada com o usufruto dos direitos sociais pelos cidadãos, com o atendimento de suas necessidades básicas e a distribuição dos recursos naturais.

Citemos, como exemplo, o acesso à água potável, através do saneamento básico; à alimentação; à moradia, em lugares com condições mínimas de se viver: todos constituem direitos sociais que estão vinculados a condições ambientais, no mínimo, favoráveis ao seu desenvolvimento.

No mesmo sentido, é necessário que o Estado garanta o direito social à educação, a fim de proteger o ambiente. Uma sociedade sujeita à educação, especialmente à ambiental, destinará maior cuidado para evitar a degradação natural, além de qualificar o cidadão para um emprego que lhe garanta os recursos financeiros necessários a sua subsistência e de sua família.

Bendlin e Garcia¹² reforçam a ideia da impossibilidade de dissociação da relação existente entre os direitos sociais e o direito ao ambiente:

Os direitos sociais estão interligados, pois a qualidade da educação interferirá na qualidade do trabalho, o qual por sua vez, poderá garantir uma renda familiar melhor, capaz de proporcionar condições melhores de vida, condições além do mínimo necessário o que garantirá menos degradação ambiental e maior desenvolvimento sustentável.

¹¹ FENSTERSEIFER, Tiago. **Direitos fundamentais e proteção do ambiente** – a dimensão ecológica da dignidade humana no marco jurídico-constitucional do Estado Socioambiental de Direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008, p. 73-74.

¹² BENDLIN, Samara Loss; GARCIA, Denise Schmitt Siqueira. Dimensão social do princípio da sustentabilidade frente ao artigo 6º da constituição da república federativa do Brasil de 1988. In: **Revista Eletrônica Direito e Política**. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.6, n.2, 2º quadrimestre de 2011. Disponível em www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791. Acesso em: 30 de janeiro de 2018.

Ou seja, a efetividade do gozo dos direitos sociais por uma sociedade regida pela igualdade (ou algo próximo a isso), que tenha atendidas as necessidades básicas de alimentação, saúde, educação, trabalho, moradia e lazer, além das demais, garante um ambiente apto ao Desenvolvimento Sustentável, eis que à proteção ambiental, prevista na Constituição Federal, deve se somar àquilo que garanta o direito à vida, em respeito ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.

2. Princípio da Dignidade da Pessoa Humana

O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana encontra-se no inciso III do art. 1º da Constituição Federal, constituindo-se em um dos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil.

Do mesmo modo, é enunciado no artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos¹³, assim transcrito: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”.

Fensterseifer¹⁴ entende que a base filosófica moderna do conceito de dignidade humana encontra respaldo no pensamento do filósofo alemão Immanuel Kant, no sentido de ser contra qualquer objetificação da sua existência, em respeito às suas relações sociais e intersubjetivas. Preconiza que “a formulação kantiana coloca a ideia de que o ser humano não pode ser empregado *como simples meio* (ou seja, *objeto*) para a satisfação de qualquer vontade alheia, mas deve ser sempre tomado *como fim em si mesmo* (ou seja, *sujeito*) em qualquer relação, seja em face do Estado seja em face de particulares”.

Sarlet¹⁵ define a dignidade da pessoa humana como:

¹³ UNIDAS, Assembleia Geral das Nações. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm. Acesso em: 31 de janeiro de 2018.

¹⁴ FENSTERSEIFER, Tiago. **Direitos fundamentais e proteção do ambiente** – a dimensão ecológica da dignidade humana no marco jurídico-constitucional do Estado Socioambiental de Direito, p. 31.

¹⁵ SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002, p. 62.

[...] a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos [...].

Ainda para Fensterseifer¹⁶, a dignidade humana tem um conceito mais amplo do que apenas o aspecto biológico ou físico, sendo construído e modelado segundo novos valores culturais e de acordo com o progresso das necessidades existenciais do ser humano, decorrentes do avanço civilizatório. Essas necessidades ultrapassam os limites de indivíduo, pois servem a todos os integrantes de determinada comunidade, com as mesmas necessidades e valores.

Sendo assim, os direitos sociais elencados na Constituição Federal são de fundamental importância para o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, que abarca a ideia do mínimo existencial. Sem o mínimo existencial, não há que se falar em dignidade e, sem esta, muito menos em Desenvolvimento Sustentável.

Por mínimo existencial entende-se a garantia concedida ao ser humano de um mínimo de qualidade de vida, que lhe permita viver com dignidade, exercendo sua liberdade tanto no plano pessoal, quanto no social (ou seja, perante si mesmo e perante a sociedade no qual se encontra)¹⁷. Para que se assegure esse mínimo padrão de vida, é necessário que o cidadão tenha acesso à saúde, alimentação, vestuário, moradia, segurança, previdência social, conforme prescrito no art. 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

¹⁶ FENSTERSEIFER, Tiago. **Direitos fundamentais e proteção do ambiente** – a dimensão ecológica da dignidade humana no marco jurídico-constitucional do Estado Socioambiental de Direito, p. 33.

¹⁷ ISMAIL FILHO, Salomão. **Mínimo existencial: um conceito dinâmico em prol da dignidade humana**. 2016. Disponível em <https://www.conjur.com.br/2016-dez-05/mp-debate-minimo-existencial-conceito-dinamico-prol-dignidade-humana>. Acesso em: 31 de janeiro de 2018.

- Artigo 25.
1. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em caso de desemprego, doença invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.
 2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.

Portanto, o conceito de mínimo existencial ultrapassa a esfera constitucional, encontrando-se preconizado mundialmente.

Porém, é sabido que muitas pessoas não têm acesso a praticamente nenhum desses direitos sociais e estão à beira da marginalização e miserabilidade. Segundo Fensterseifer¹⁸, “a pobreza e a miséria geralmente andam acompanhadas pela degradação ambiental, tornando aqueles cidadãos mais prejudicados pela falta de acesso aos seus direitos sociais básicos também os mais violados no que tange aos seus direitos ambientais [...]”.

Trazendo esses conceitos para o direito ambiental, verifica-se a necessidade da ocorrência de um mínimo existencial ecológico, definido como sendo:

[...] um conjunto mínimo de condições materiais em termos de qualidade ambiental, sem o qual o desenvolvimento da vida humana (e mesmo da integridade física do indivíduo em alguns casos) também se encontra fulminado, em descompasso com o comando constitucional que impõe ao Estado o dever de tutelar a vida (art. 5º, caput) e a dignidade humana (art. 1º, III) contra quaisquer ameaças existenciais¹⁹.

O conceito de mínimo existencial ecológico amplia a compreensão do conceito de mínimo existencial, a fim de alcançar o ideal de uma vida com qualidade ambiental, sem deixar de lado a dignidade do homem, que, por vezes, encontra-se ameaçada pela degradação da natureza.

¹⁸ FENSTERSEIFER, Tiago. **Direitos fundamentais e proteção do ambiente** – a dimensão ecológica da dignidade humana no marco jurídico-constitucional do Estado Socioambiental de Direito, p. 75.

¹⁹ FENSTERSEIFER, Tiago. **Direitos fundamentais e proteção do ambiente** – a dimensão ecológica da dignidade humana no marco jurídico-constitucional do Estado Socioambiental de Direito, p. 207-271.

A expressão qualidade de vida “traz o condão de traduzir todo o necessário aparato interno e externo ao homem, dando-lhe condições de desenvolver suas potencialidades como indivíduo e como parte fundamental da sociedade”²⁰. Sobre a relação entre qualidade de vida e um ambiente ecologicamente sustentável, Derani ainda acrescenta:

[...] o alargamento da expressão qualidade de vida, além de acrescentar esta necessária perspectiva de bem-estar relativo à saúde física e psíquica, referindo-se inclusive ao direito do homem fruir de um ar puro e de uma bela paisagem, vinca o fato de que o meio ambiente não diz respeito à natureza isolada, estática, porém integrada à vida do homem social nos aspectos relacionados à produção, ao trabalho, como também no concernente ao lazer.

Portanto, assim como são indissociáveis os direitos sociais e o direito ao ambiente, também o são o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, à luz do mínimo existencial, a fim de garantir aos cidadãos uma existência digna, com qualidade de vida, inclusive ambiental. Todas essas conceituações são fundamentais para a compreensão do que se trata a Dimensão Social da Sustentabilidade.

3. Dimensão Social da Sustentabilidade

Dentro do mundo globalizado atual, muito se fala em Sustentabilidade, como expressão vinculada tão somente aos movimentos ecológicos. Ela abrange, entretanto, um conceito mais amplo, que envolve diversas esferas da sociedade (na natureza, na economia e nos direitos e garantias fundamentais), atingindo certo grau de maturidade, ao ponto de adquirir *status* de princípio, tal qual ocorre com outros princípios fundamentais, como justiça e liberdade²¹.

Garcia²², que considera o Princípio da Sustentabilidade como sendo um princípio global, afirma que a Sustentabilidade preocupa-se também com os males da sociedade:

²⁰ DERANI, Cristiane. **Direito ambiental econômico**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 58.

²¹ BOSSELMANN, Klaus. **O princípio da sustentabilidade – transformando direito e governança**. Tradução de Philip Gil França. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2015, p. 19.

²² GARCIA, Denise Schmitt Siqueira. O caminho para sustentabilidade. In: **Debates sustentáveis – análise multidimensional e governança ambiental**. Org: GARCIA, Denise Schmitt Siqueira, Itajaí: Univali, 2015.

Assim, sustentabilidade consiste no pensamento de capacitação global para a preservação da vida humana equilibrada, conseqüentemente, da proteção ambiental, mas não só isso, também a extinção ou a diminuição de outras mazelas sociais que agem contrárias à esperança do retardamento da sobrevivência do homem na Terra.

Para Freitas²³, “O princípio da sustentabilidade significa pensar em referências arrojadas, com respeito consciente e pleno à titularidade dos direitos daqueles que ainda não nasceram e à ligação de todos os seres, acima das coisas”.

Percebe-se, portanto, que a Sustentabilidade tem por objeto a manutenção da integridade dos sistemas ecológicos da Terra, buscando assegurar, por exemplo, a qualidade do ar que se respira, da água que se bebe e abastece as casas, dos solos que fornecem os alimentos, garantindo a sobrevivência da atual e das futuras gerações.

A Sustentabilidade traz a noção de que as pessoas e o meio devem estar em harmonia, para a concretização do bem estar coletivo, de modo permanente. A ideia de proteção ao presente e ao futuro remete ao conceito de Desenvolvimento Sustentável.

A noção de Desenvolvimento Sustentável está firmemente enraizada na Sustentabilidade. É a aplicação desse princípio, e não o contrário. O Desenvolvimento Sustentável não existirá se não houver a garantia do Princípio da Sustentabilidade.

Para Bosselmann²⁴,

A noção de desenvolvimento sustentável [...] é bastante clara. Ele convoca para o desenvolvimento baseado na sustentabilidade ecológica a fim de atender às necessidades das pessoas que vivem hoje e no futuro. Entendido dessa forma, o conceito fornece conteúdo e direção. Ele pode ser usado na sociedade e executado por meio do Direito. A qualidade jurídica do conceito de desenvolvimento sustentável firma-se quando a sua ideia é compreendida.

²³ FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade: Direito ao futuro**. São Paulo: Editora Fórum, 2009, p. 34.

²⁴ BOSSELMANN, Klaus. **O princípio da sustentabilidade – transformando direito e governança**. Tradução de Philip Gil França, p. 28.

Ou seja, para que o mundo se desenvolva de maneira sustentável, os meios de produção e de trabalho precisam atentar às normas abrangidas pelo Princípio da Sustentabilidade, de modo a atender também às futuras gerações. Não basta progredir desmedidamente, satisfazendo as necessidades apenas do tempo presente. É necessário que esse progresso venha acompanhado de consciência ambiental, respeitando os valores inseridos no Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.

Sendo assim, verifica-se que a Sustentabilidade é abordada, doutrinariamente, sob três dimensões: a ambiental, a econômica e a social, objeto principal do presente estudo.

3.1. Dimensão Ambiental da Sustentabilidade

A Dimensão Ambiental da Sustentabilidade consiste na proteção ao ambiente, propriamente dita, e a relação estabelecida entre o homem e a natureza. Sabendo que os recursos naturais são finitos, o homem, como indivíduo e como membro integrante de uma coletividade, tem a obrigação de zelar pelo bom uso desses recursos, de modo a não degradar o ambiente, ao ponto de inviabilizar a sobrevivência das futuras gerações, inclusive a não-humana.

Insta salientar, nesse momento, que a visão antropocêntrica é extremamente prejudicial ao desenvolvimento sustentável. Bosselmann²⁵ discorre no seguinte sentido:

Neste ponto, deve ficar claro o quanto as abordagens antropocêntricas são severamente prejudiciais para o desenvolvimento sustentável. Tal abordagem tenta o impossível. Como poderia ser prático um conceito baseado puramente em especulação sobre o futuro? Motivações humanas centradas no planeta que podemos almejar no futuro são eivadas de incertezas. As limitações não qualificadas das necessidades humanas abrem espaço para especulações, desde um futuro sem direito à natureza, como de um futuro sem humanos. Não é algo inimaginável que os seres humanos, um dia, possam substituir completamente o seu ambiente por um ambiente artificial. E como evitar que a espécie humana seja varrida da face da Terra? As duas hipóteses são

²⁵ BOSSELMANN, Klaus. **O princípio da sustentabilidade – transformando direito e governança**. Tradução de Philip Gil França, p. 53-54.

favorecidas por uma questão de (má) escolha ética, mas ambas as variantes são expressões do reducionismo antropocêntrico. Elas ignoram uma verdade simples, ou seja, a inter-relação de toda a vida para além das fronteiras entre humanos e não humanos.

Fensterseifer²⁶ também entende que o antropocentrismo deve ser combatido: “[...] o enfrentamento do antropocentrismo deve ser tomado como uma das principais bandeiras para uma salvaguarda adequada do patrimônio ambiental, caso contrário estar-se-á a fazer uma abordagem reducionista do fenômeno ambiental”.

Em contraponto ao criticado antropocentrismo ecológico, tem-se o conceito de biocentrismo, explicitado por Bosselmann²⁷ nos seguintes termos:

[...] Se percebermos as necessidades humanas sem considerar a realidade ecológica, corremos o risco de perder o chão sob nossos pés. Contra esta realidade, qualquer conversa sobre a importância da igualdade entre desenvolvimento e meio ambiente, o modelo das duas dimensões, ‘modelo dos três pilares’ ou ‘triângulo mágico’, é pura ideologia. As preocupações com justiça social e prosperidade econômica são válidas e importantes, mas secundárias em relação ao funcionamento dos sistemas ecológicos da Terra. A sustentabilidade ecológica é um pré-requisito para o desenvolvimento e não um aspecto dele.

Pensar na proteção a todas as formas de vida, e não apenas a vida humana, é a melhor opção para o futuro, pois permite a capacidade de existência, reprodução e evolução das espécies. Assim, é preferível fazer o melhor hoje para garantir o amanhã.

3.2. Dimensão Econômica da Sustentabilidade

A Dimensão Econômica da Sustentabilidade tem como foco a produção de maneira mais equilibrada e com respeito ao ambiente, além de trabalhar contra a ideologia do consumo, tão presente na sociedade atual.

²⁶ FENSTERSEIFER, Tiago. **Direitos fundamentais e proteção do ambiente** – a dimensão ecológica da dignidade humana no marco jurídico-constitucional do Estado Socioambiental de Direito, p. 163.

²⁷ BOSSELMANN, Klaus. **O princípio da sustentabilidade – transformando direito e governança**. Tradução de Philip Gil França, p. 56.

Tal dimensão visa ambos os campos, já que a sociedade consumista acaba por adquirir mais do que necessita. Se continuar nesse ritmo, poderá haver o esgotamento dos recursos naturais; a produção de lixo será muito maior, pois o que é velho torna-se descartável, ao invés de ser reaproveitado; haverá dificuldade para o armazenamento de todos os produtos, bem como do lixo dele decorrente.

De acordo com Derani²⁸, “[...] a economia ambiental focaliza o papel da natureza como fornecedora de matéria-prima ou como receptora de materiais danosos. Dentro dessa redução, encontramos o sentido do meio ambiente”.

Cumprido ao Estado, portanto, intervir junto ao mercado econômico, a fim de garantir a proteção ambiental, mediante políticas de incentivo à produção e ao consumo adequado e consciente, salientando a capacidade do planeta em absorver tudo o que for produzido.

3.3. Dimensão Social da Sustentabilidade

A Dimensão Social da Sustentabilidade traz à lume toda a relação existente entre os direitos sociais e o direito ambiental com o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e o mínimo existencial.

Freitas²⁹ conceitua essa dimensão, trazendo, ainda, o aspecto biocêntrico, nos seguintes termos:

A dimensão social da sustentabilidade ocorre no sentido de que não se pode admitir um modelo excludente, pois de nada serve cogitar da sobrevivência de poucos ou do estilo oligárquico relapso e indiferente, que nega a conexão de todos os seres e a ligação de tudo e, desse modo, a própria natureza imaterial do desenvolvimento.

A Sustentabilidade Social deve promover a redução das desigualdades sociais, por meio de políticas públicas que garantam a prestação dos direitos sociais, como alimentação, saúde, moradia, educação e trabalho digno, componentes do que se chama de mínimo existencial.

²⁸ DERANI, Cristiane. **Direito ambiental econômico**, p. 51-52.

²⁹ FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade: Direito ao futuro**, p. 55.

Não há como pensar em proteção ambiental isoladamente dos problemas sociais, se o ser humano e a natureza têm uma relação de interdependência.

Neves³⁰ também assinala que “o conceito de sustentabilidade social caracteriza-se pela melhoria da qualidade de vida da população, equidade na distribuição de renda e de diminuição das diferenças sociais, com participação da organização popular”.

Como bem pontuado por Bendlin e Garcia³¹:

A distribuição de renda mais equilibrada, sem prejudicar os mais ricos, proporciona a elevação das condições de vida para que os mais desfavorecidos possam participar da vida social equitativamente. A melhora na qualidade de vida, o fornecimento de serviços educacionais e de saúde decente, garantem a proteção ambiental.

Na verdade, o que se pretende, ao abordar essa dimensão, é garantir que o ser humano tenha sua dignidade respeitada em todos os aspectos, inclusive o ambiental. Não basta que a proteção ao ambiente seja amplamente difundida se ao cidadão falta o mínimo para viver. A garantia desse mínimo traz diversos resultados positivos, entre eles o desenvolvimento pessoal, o maior de todos os benefícios.

Considerações finais

A questão ambiental vem sendo debatida há alguns anos, a nível mundial, adquirindo maior importância entre os Estados. Esse debate é necessário, eis que a degradação é iminente, e suas consequências podem ser devastadoras.

³⁰ NEVES, Lafaita Santos. **Sustentabilidade: anais de textos selecionados do 5º seminário sobre sustentabilidade**. Curitiba: Juruá, 2011, p. 17.

³¹ BENDLIN, Samara Loss; GARCIA, Denise Schmitt Siqueira. Dimensão social do princípio da sustentabilidade frente ao artigo 6º da constituição da república federativa do Brasil de 1988. In: **Revista Eletrônica Direito e Política**. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.6, n.2, 2º quadrimestre de 2011. Disponível em www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791. Acesso em: 30 de janeiro de 2018.

Dentro do chamado Desenvolvimento Sustentável, percebe-se que a Sustentabilidade não se refere somente ao aspecto ambiental; ela vai além, influenciada pelo plano econômico e, também, pelo social.

O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, relacionado ao aspecto social, é um dos maiores princípios universais, pois atinge diretamente o direito à vida, incluindo uma vida com qualidade.

Não basta viver: é preciso que se viva (e se sobreviva) com dignidade. E para que isso ocorra, o Estado deve prestar à população os meios necessários que garantam a prestação dos direitos sociais, como alimentação, educação, trabalho, moradia e qualidade ambiental, citando-se apenas alguns.

Tanto a garantia dos direitos fundamentais como o direito ao ambiente são parte das obrigações do Estado, cabendo a ele intervir também na economia a fim de garantir a Sustentabilidade.

Sendo assim, como inserir um discurso ecológico sem pensar na qualidade de vida das pessoas que compõem uma comunidade? Como exigir de alguém, que não possui o mínimo para (sobre)viver, uma colaboração proativa para a preservação do ambiente e de seus recursos? O que exigir de um cidadão sem educação ou emprego digno em relação ao meio que lhe maltrata? Ou como explicar a quem não tem instrução que muitas das tragédias naturais advêm dos seus próprios atos impensados? Ou então que, se tivessem sido ecologicamente educados, poderiam exigir das grandes indústrias poluentes mudanças nos seus meios de produção, até mesmo através da redução do consumo?

Salta aos olhos a obviedade de que o discurso social deve andar de mãos dadas com a defesa ambiental, que engloba não somente os homens e, sim, tudo aquilo que tem vida, dentro da visão biocêntrica proposta por Bosselmann. São ideais que devem se complementar e jamais andar separados, eis que um se apoia no outro, numa relação de reciprocidade.

O Princípio da Sustentabilidade tem como ideal que suas práticas sejam ambientalmente corretas, socialmente justas e economicamente viáveis³², a fim

³² ABREU, Miriam Santini de. **Quando a palavra sustenta a farsa** – O discurso jornalístico do desenvolvimento sustentável. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006, p. 28.

de garantir a vida desta e das futuras gerações, corroborando as dimensões expostas no presente artigo.

É necessário, portanto, que essas três dimensões caminhem juntas, visando, no plano econômico, a redução do consumo e dos efeitos da produção industrial; no plano ambiental, toda e qualquer atitude relacionada à preservação das diversas espécies e do próprio planeta; e no plano social, aspecto principal deste estudo, que haja o efetivo respeito ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, assegurando-se ao homem o mínimo existencial, para que se possa, então, assegurar o mínimo existencial ecológico, em busca da plenitude do Desenvolvimento Sustentável.

Referências das Fontes Citadas

ABREU, Miriam Santini de. **Quando a palavra sustenta a farsa – O discurso jornalístico do desenvolvimento sustentável**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

BENDLIN, Samara Loss; GARCIA, Denise Schmitt Siqueira. Dimensão social do princípio da sustentabilidade frente ao artigo 6º da constituição da república federativa do Brasil de 1988. In: **Revista Eletrônica Direito e Política**. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.6, n.2, 2º quadrimestre de 2011. Disponível em www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791. Acesso em: 30 de janeiro de 2018.

BERNARDES, Juliano Taveira. FERREIRA, Olavo Augusto Vianna Alves. **Direito Constitucional, tomo I**, 5 ed revista, ampliada e atualizada. Salvador: Editora JusPodivm, 2015.

BOSSELMANN, Klaus. **O princípio da sustentabilidade – transformando direito e governança**. Tradução de Philip Gil França. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988**. Doravante denominada de Constituição Federal de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 31 de janeiro de 2018.

CRUZ, Paulo Márcio. **Fundamentos do direito constitucional**. 2 ed. Curitiba: Juruá Editora, 2003.

DERANI, Cristiane. **Direito ambiental econômico**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

FENSTERSEIFER, Tiago. **Direitos fundamentais e proteção do ambiente** – a dimensão ecológica da dignidade humana no marco jurídico-constitucional do Estado Socioambiental de Direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade: Direito ao futuro**. São Paulo: Editora Fórum, 2009.

GARCIA, Denise Schmitt Siqueira. O caminho para sustentabilidade. In: **Debates sustentáveis – análise multidimensional e governança ambiental**. Org: GARCIA, Denise Schmitt Siqueira, Itajaí: Univali, 2015.

ISMAIL FILHO, Salomão. **Mínimo existencial: um conceito dinâmico em prol da dignidade humana**. 2016. Disponível em <https://www.conjur.com.br/2016-dez-05/mp-debate-minimo-existencial-conceito-dinamico-prol-dignidade-humana>. Acesso em: 31 de janeiro de 2018.

KRELL, Andreas J.. **Direitos sociais e controle judicial no Brasil e na Alemanha** – os (des)caminhos de um direito constitucional “comparado”. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

MONREAL, Eduardo Novoa. **O direito como obstáculo à transformação social**. Tradução de Gérson Pereira dos Santos. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1988.

NEVES, Lafaite Santos. **Sustentabilidade: anais de textos selecionados do 5º seminário sobre sustentabilidade**. Curitiba: Juruá, 2011.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

UNIDAS, Assembleia Geral das Nações. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm. Acesso em: 31 de janeiro de 2018.